

# Império e Propaganda: as viagens presidenciais às colónias ultramarinas durante o Estado Novo

Maria João CASTRO<sup>1</sup>

**Resumo:** Esta comunicação pretende traçar uma genealogia da viagem oficial do Estado Novo português (1933-1974) às províncias ultramarinas, correlacionando-as com as diretivas político-propagandísticas daí subjacentes. Partindo dos escritos oficiais dos jornalistas que acompanharam estas deslocações presidenciais ao longo da vigência do regime liderado por Oliveira Salazar, pretende-se mostrar como estas ações constituíram um veículo privilegiado de propaganda imperial, legitimando e reforçando a soberania nacional não só face às possessões além-mar como, acima de tudo, perante a opinião pública internacional.

**Palavras-Chave:** Império Colonial; Viagem; Presidentes da República; Propaganda

## Império e Propaganda: los viajes presidenciales del Estado Novo a las colonias de ultramar

**Resumen:** En esta comunicación se pretende trazar una genealogía de la visita oficial del Estado Novo portugués (1933-1974) las provincias ultramarinas, en conexión con las directivas de propaganda política que nacen en la metrópolis. Basado en los escritos oficiales de los

<sup>1</sup> Maria João Castro é doutorada em História da Arte Contemporânea e investigadora integrada do Instituto de História da Arte (IHA) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL). Conferencista convidada das unidades curriculares de Licenciatura e Doutoramento de História da Arte é bolsreira de Pós-Doutoramento da Fundação para Ciência e Tecnologia (FCT). mariakastro@gmail.com

periodistas que han acompañado estos viajes presidenciales a lo largo de la duración del régimen liderado por Oliveira Salazar, pretende demostrar cómo estas acciones constituyen un medio privilegiado de la propaganda imperial, legitimar y reforzar la soberanía nacional no solamente sobre las posesiones del Ultramar, pero, ante todo, delante de la opinión pública internacional.

**Palabras Clave:** Imperio Colonial; Viaje; Presidentes de la República; Propaganda

Durante o Estado Novo, as viagens presidenciais ultramarinas constituíram um dos mais importantes elementos de propaganda do Império Colonial Português. Se é verdade que, desde a época dos Descobrimentos, vice-reis, capitães e governadores, a par de missionários, guerreiros, comerciantes e emigrantes, conheceram e habitaram os entrepostos do Império, não é menos certo que, segundo os registos existentes, nenhum monarca português se deslocou às colónias portuguesas. Foi já no período do Estado Novo que os presidentes Óscar Carmona (1869-1951), Craveiro Lopes (1894-1964) e Américo Thomaz (1894-1987) cumpriram viagens ultramarinas que, simultaneamente, deram a conhecer as possessões além-mar na capital do império e a metrópole e os seus representantes nas colónias portuguesas. Estas viagens oficiais dos chefes de Estado portugueses estabeleceram-se como pontos altos de uma política de propaganda focada em reafirmar a soberania de Portugal sobre as suas então colónias africanas, quer perante a opinião pública nacional, quer internacional.

Tendo por base os volumes publicados pelos repórteres que acompanharam estas jornadas, assim como os jornais da época, pretende-se traçar uma genealogia da viagem presidencial e da sua missão principal: a de legitimar o Estado Português como soberano perante as suas possessões ultramarinas.

## Anos 30

Para que se possa entender o alcance das viagens presidenciais às colónias há que recuar no tempo, enunciando os vetores a partir dos quais a viagem presidencial se integrou no contexto histórico nacional. A Conferência de Berlim de 1885<sup>2</sup> e as controvérsias em

<sup>2</sup> Convocada com o objetivo de disciplinar e definir a repartição “amigável” do continente africano, a conferência estabeleceu os princípios fundamentais que regulariam a legitimidade da posse de territórios em África, concluindo que os direitos históricos deixavam de conferir o reconhecimento internacional, tornando-se necessário fazer prova de “ocupação efetiva”.

torno do Ultimatum britânico de 1890<sup>3</sup> tinham apressado a ideia da criação de uma política efetiva para as colônias. Foi nesse contexto que se integrou a entrada de Portugal na I Guerra Mundial, em 1916, que teve como um dos principais objetivos a proteção do Império. Foi ainda neste o contexto que se estruturou e definiu o Acto Colonial, peça jurídica fundamental balizadora de toda política colonial do Estado Novo<sup>4</sup>.

Com os pressupostos acima referidos percebe-se melhor a configuração do périplo viático protagonizado pelos Presidentes da República durante a ditadura salazarista. Com efeito, a primeira viagem colonial levada a cabo durante o Estado Novo iniciou-se com o Presidente Óscar Carmona<sup>5</sup> aquando da sua visita a S. Tomé e Angola em 1938, e, no ano seguinte, a Cabo Verde e Moçambique, em 1939.

Em 1938, a bordo do navio *Angola*, o presidente português navegaria com destino a S. Tomé e a Angola, onde, como relata Fernando de Pamplona no seu *Ao Sol do Império, viagem presidencial a S. Tomé e Angola*, o diário de bordo eloquente e poético da viagem, o Chefe de Estado foi recebido por entre “vivas que rebentam vibrantes, em maré alta de lusitanismo” (PAMPLONA, 1938, p. 7).

Entre aclamações a Portugal, Carmona e Salazar (1889-1970), a comitiva visitou a Exposição-Feira de Luanda, um mostruário das riquezas angolanas, considerada maior e mais imponente do que a Exposição Colonial do Porto. No Pavilhão de Honra, evocavam-se os Descobrimentos – padrões, cruces de ferro, profusão de motivos manuelinos – e a obra reconstrutiva do Estado Novo na metrópole e ultramar, terminando o salão nobre numa abside onde figuravam, em frisos de madeira, os nomes de figuras consideradas heróis da história angolana. Seguiu-se o pavilhão do Banco de Angola, o pavilhão da Metrópole e um monumento ao Esforço Colonizador Português, para além de inúmeros núcleos que representavam as atividades das várias províncias

3 Em 11 de Janeiro de 1890 o governo britânico envia um célebre *memorandum* ao governo português, ameaçando com a guerra caso este não abandonasse o território dos Makololos, situado em torno do rio Chire. Este episódio deitou por terra o sonho de constituir um império que unisse as costas ocidental e oriental de África, representado no Mapa Cor-de-Rosa.

4 Decreto-lei n.º 18570 de 8 de Julho de 1930. É criada a legislação que regula a relação de Portugal com as suas colônias no ultramar, definindo-se um estatuto próprio a ser aplicado.

5 António Óscar Carmona (1869-1951) foi Presidente da República entre 1928 e 1951. Militar de carreira, foi uma das figuras do golpe de Estado de 28 de Maio de 1926. A sua eleição significou um passo em frente na consolidação e institucionalização do Estado Novo. A sua autoridade e esfera de influência foram transferidas gradualmente para o Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar.

angolanas. Em seguida o Chefe de Estado visitou as missões católicas de S. Paulo, assistiu a missas campais, homenagens e lançou a primeira pedra de um monumento a erguer ao primeiro rei de Portugal, D. Afonso Henriques (1109-1185). Treze dias depois, o *Angola* atracava no Terreiro do Paço. Leopoldo Nunes<sup>6</sup>, no seu *Clarão do Império* descreveu efusivamente esta primeira viagem presidencial ao ultramar português:

A viagem do Chefe de Estado Português, a duas das mais belas e prósperas províncias ultramarinas, foi, acima de tudo, a consagração do espírito e da unidade nacional que nos colocaram, de novo, no quadro das grandes potências; a revelação absoluta da solidariedade que junta, no mesmo ideal e na mesma fé, os portugueses da Metrópole e das províncias Ultramarinas. (NUNES, 1939, pp. 31-32)

Já quase no final da obra, Leopoldo Nunes destaca o clamor imperial da jornada, afirmando:

A sua viagem [do Presidente] podia ter sido um acto protocolar, oficial, brilhante, com muitos altos funcionários encasacados e condecorados e paradas militares imponentes. Mas não foi. As maiores e as mais expressivas manifestações de respeito, de lealdade e de ternura foram feitas, numa explosão de vivo e clamoroso patriotismo, exactamente pelos colonos e pelos africanos. (NUNES, 1939, p. 36)

O êxito desta primeira viagem presidencial fez com que se repetisse e apurasse a fórmula nas jornadas subsequentes, fórmula essa que assentava na difusão de uma imagem do Império legitimado por um Estado soberano e uno que se articulava numa série territórios espalhados pelos quatro cantos do mundo.

Reforçada e enaltecida a imagem da nação, e publicados os dois álbuns fotográficos pela Agência Geral

6 Leopoldo Nunes (1897-?) foi um dos propagandistas do Estado Novo, célebre por uma biografia que escreveu sobre o General Carmona e, acima de tudo, pelas reportagens que fez durante a Guerra Civil de Espanha. Foi funcionário da Assembleia Nacional no papel de redator do *Diário das Sessões*. Na qualidade de jornalista de *O Século*, Leopoldo Nunes acompanhou a visita presidencial.

das Colónias – *Alguns aspectos da viagem presidencial às colónias de S. Tomé e Príncipe e Angola realizadas nos meses de Julho e Agosto de 1938* –, logo se começou a gizar uma nova partida presidencial.

De facto, no ano seguinte, em 1939, Carmona desloca-se novamente ao continente africano, desta vez a bordo do paquete *Colonial*, rumo a Cabo Verde e Moçambique. Eduardo dos Santos, o enviado especial do jornal *O Comércio do Porto*, relatou no seu livro a partida: “Ficámos distantes do cais. Chegavam, porém, até nós os ecos vibrantes da despedida. Pelo rio, milhares de pessoas em inúmeras embarcações.” O autor chega a caracterizá-la como “a Viagem da Soberania” (SANTOS, 1940, p. 7), demonstrando bem os sentimentos patrióticos que associava a tal deslocação. No seu roteiro da viagem, o jornalista documenta minuciosamente cada etapa, destacando as receções que a comitiva teve ao longo de toda a jornada, sempre descritas como entusiásticas. O discurso de Eduardo dos Santos, inflamado por um nacionalismo sem dúvida grandiloquente, é finalizado com a seguinte frase:

Esta Viagem de Soberania incendiou o nome de Portugal de cores vivas, congregou esforços e atividades, chamou sobre o país as atenções do estrangeiro, despertou sentimentos nacionais desde há muito amadornados e contribuiu para maior triunfo desta *pequena casa lusitana*, que é grande edifício, monumental e esplendoroso, onde as mais excelsas virtudes duma Raça se afirmam e expandem poderosamente, triunfalmente – gloriosíssimamente!. (SANTOS, 1940, p. 404)

O livro apresenta a imagem de uma viagem que cumpriu perfeitamente os objetivos traçados:

Não há em África – como infelizmente, se topa na Metrópole – a mais débil réstia de derrotismo e desconfiança. Ali tudo é grande, os panoramas, os ambientes, os horizontes, a vida, até, a própria alma dos homens. Crê-se em Portugal e na sua grandeza como em nenhuma outra parte. (SANTOS, 1940, p. 392)

Mais uma vez se assistiu à edição de dois álbuns fotográficos, sob a chancela da Agência Geral das Colónias e que extensivamente condessavam as imagens mais emblemáticas da viagem: *Alguns aspectos da viagem presidencial às colónias de Cabo Verde, S. Tomé, Moçambique e Angola e da visita do chefe do estado à União Sul Africana realizadas em Junho, Julho, Agosto e Setembro de 1939*.

## Anos 50

A II Guerra Mundial interromperia as deslocações presidenciais ao ultramar português, mas seria a *Carta da Organização das Nações Unidas* (ONU), de 26 de Junho de 1945, a impor uma nova ordem mundial, nomeadamente no que concerne aos impérios coloniais europeus. Com efeito, as novas regras do colonialismo mundial entraram em contradição com os princípios centralistas do Acto Colonial, determinando juridicamente o fim do colonialismo<sup>7</sup>. Não é de espantar que, perante este cenário, se procedesse a uma modificação gradativa da política ultramarina portuguesa. A finalidade era estabelecer uma solução de compromisso, isto é, manter a filosofia e a ideologia colonial em vigor desde o decénio de 1930, ao mesmo tempo que se satisfiziam as pressões internacionais com a adoção de algumas alterações pontuais.

Assim, as viagens presidenciais que tiveram lugar nos anos 50 foram desenhadas segundo novas coordenadas e tiveram objetivos bem distintos dos das jornadas dos anos 30.

O Presidente Craveiro Lopes<sup>8</sup> retomaria o circuito ultramarino, viajando em 1954, 1955 e 1956, respetivamente a S. Tomé e Angola, Guiné e Cabo Verde, e, por fim, a Moçambique.

Em 28 de Novembro de 1953, o Chefe de Estado inaugurou solenemente uma nova legislatura da Assembleia Nacional e, perante o Governo e o Corpo Diplomático, dirigiu uma mensagem à nação onde salientou a importância das visitas ultramarinas.

<sup>7</sup> Nesse documento, o seu capítulo XI, art. 73, alínea b) afirmava que “se tinha que (...) desenvolver a autonomia na administração, tomando em devida conta as aspirações políticas dos povos e ajudá-los no progressivo desenvolvimento das suas livres instituições políticas”.

<sup>8</sup> Francisco Craveiro Lopes (1894-1964) foi Presidente da República portuguesa entre 1951 e 1958, tendo sucedido a Carmona. De carreira militar, general da Força Aérea, foi comandante-geral da Legião Portuguesa entre 1944 e 1950. Como Chefe de Estado cumpriu discretamente o seu mandato, praticamente só com funções representativas. Porém, Salazar começou a manifestar alguma desconfiança pelas suas simpatias pelo sector liberalizante do regime e por isso vem a preterir-lo na escolha do candidato ao novo mandato (Américo Thomaz) mas promovendo-o em compensação, a marechal.

Tanto pelo significado interno que apresentam como índice da unidade de todos os territórios portugueses dispersos pelo Mundo, como pelo seu significado externo refletindo essa posição política espalhada por vários continentes mas subordinada à mesma unidade. (GONÇALVES, 1957, p. 21)

A primeira viagem oficial ao ultramar português de Craveiro Lopes ocorreu no ano seguinte, em 1954, quando se deslocou de S. Tomé e Príncipe e a Angola. O avião do Presidente descolou do aeroporto da Portela, fazendo uma escala na Ilha do Sal e chegando pouco depois a S. Tomé. Já em Luanda, o Chefe de Estado inaugurou a Barragem Teófilo Duarte e a Exposição das Actividades Artísticas de Angola - Artes Plásticas. Sob a legenda "Actividades Artísticas de Angola", exibiram-se quase duas centenas de trabalhos de pintura, escultura, talha, caricatura e retrato a lápis, assinados por artistas como Cruzeiro Seixas (1920), entre outros. Regressado o Presidente, numa mensagem à nação aos microfones da Emissora Nacional, Craveiro Lopes fez o ponto da situação à população da metrópole:

Esta viagem de quarenta e três dias permitiu, por um lado, ao Presidente da República esclarecer-se, tomando contacto constante com as mais variadas camadas da sociedade, sobre os múltiplos problemas que interessam ao desenvolvimento das regiões que percorreu (...) e por outro lado, possibilitou as populações conhecerem o Chefe de Estado que não ficou indiferente às demonstrações de afecto que muito sinceramente espalhou à sua volta<sup>9</sup>.

Em 1955, é a vez de, a bordo da *Bartolomeu Dias*, Craveiro Lopes visitar as províncias da Guiné e Cabo Verde. Mais uma vez Rodrigues Matias, o coordenador do *Diário* que relata pormenorizadamente a viagem, finaliza o seu segundo volume com a devida eloquência nacionalista:

9 O discurso de Craveiro Lopes aos microfones da Emissora Nacional foi depois transcrito por Rodrigues Matias (1955), no seu *Diário da viagem presidencial às colónias de S. Tomé e Príncipe e Angola em 1954*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, p. 477.

Voltámos. Cais de regresso. Porto final. Valeu a pena? Sem dúvida, valeu a pena. Valeu, para cimentar a unidade. Valeu, para acordar confiança e fé. Valeu, para formar e esclarecer consciência. Valeu a pena, para que a alma do Português não seja pequena. (MATIAS, 1955, p. 302)

É necessário referir que os abundantes relatos da imprensa e rádio e os documentários cinematográficos realizados documentam o dia-a-dia dessas jornadas<sup>10</sup>.

No ano de 1956, Craveiro Lopes enceta nova viagem, desta vez a Moçambique; todavia, esta deslocação teria um significado mais amplo que os anteriores, uma vez que, para além de visitar a colónia ultramarina, o Presidente percorreria alguns países limítrofes (Federação das Rodésias e a Niassalândia, bem como a União da África do Sul), num ato de cortesia e amizade para com os povos vizinhos.

De salientar, entre o programa cumprido, a inauguração em Lourenço Marques da 1<sup>ª</sup> Exposição das Actividades Económicas de Moçambique<sup>11</sup>. Na sua *Crónica da Viagem a Moçambique*, Frederico Alves assinala:

Quando na tarde de 9 de Setembro de 1956, sob catadupas de chuva, o comandante José Marcellino, piloto-chefe dos Transportes Aéreos Portugueses, pousou na pista do Aeroporto de Lisboa o *Super-Constellation* em que acabara de cobrir a tirada excepcional desde S. Tomé, concluiu-se com rara felicidade a terceira e última das viagens do ciclo africano do Presidente Craveiro Lopes. (ALVES, 1956, p. 9)

Também no *Album* comemorativo da viagem pode ler-se:

Com esta última viagem, pretende-se, mais do que confirmar, consolidar in-

10 Para fazerem a cobertura oficial desta viagem, foram designados: Rodrigo Matias da Agência Geral do Ultramar para escrever o diário da viagem, Frederico Alves, da Emissora Nacional, o fotógrafo Firmino Marques da Costa e a equipa de cinema constituída por Ricardo Malheiro, Perdigão Queiroga, Alfredo Gomes e João Moreira. Esta equipa partiu no dia 29 de Abril, com o fim de antecipar-se à chegada do chefe de estado, que partiu apenas a 2 de Maio.

11 Certame iniciado em Lisboa em 1949, como expoente do esforço renovador que começava a animar a economia nacional, tinha sido também realizado em Goa (1952) e em Luanda (1954).

teira e integralmente, a perfeita harmonia da política nacional, cujos princípios irreduzíveis, continuam a assegurar (...), uma indefectível e soberana unidade. Assim, terminou a viagem presidencial de 1956 na qual foram percorridos 25800 quilómetros de avião, 2698 quilómetros em comboio, 1980 em automóvel e alguns mais por via marítima. Duração: um mês, seis dias e cerca de dezanove horas. (1956, p. 211)

## Anos 60

Foi contudo o sucessor de Craveiro Lopes, Américo Thomaz<sup>12</sup>, o Presidente da República que mais viajou pela África colonial. Para tal situação terá contribuído o facto de se ter iniciado a Guerra Colonial em 1961.

A notícia da primeira viagem de Thomaz a Angola fora conhecida dos portugueses nos jornais de 27 de Junho de 1963. A tal respeito publicara o *Diário da Manhã* daquele dia o seguinte artigo:

A notícia não é surpresa. Sabia-se que o Chefe de Estado tinha o desejo de visitar a província de Angola, com tanto maior interesse quanto é certo haver ali soldados das nossas forças armadas na defesa arriscada do território cobijado pelas ambições estrangeiras e das populações amedrontadas pelos então apelidados de terroristas que vêm do lado de lá das marcas fronteiriças.

A viagem foi organizada pelo Ministro do Ultramar, o comandante António Augusto Peixoto Correia, e tinha como destino as províncias de Angola e S. Tomé e Príncipe. A bordo do navio *Infante Dom Henrique* a comitiva chegou a Luanda, tendo visitado as zonas mais flageladas em 1961 pelos confrontos da luta pela independência do território angolano. Em Nova Lisboa inaugurou a Exposição Permanente de Actividades e o

12 Américo Thomaz (1894-1987) foi Presidente da República entre 1958 e 1974. Foi Ministro da Marinha antes de chegar Presidente da República. Defrontou-se numa intensa campanha política com o general Humberto Delgado, pondo inesperadamente em causa a estabilidade do regime. Foi reeleito por mais dois mandatos posteriores, tornando-se o último Presidente do Estado Novo, ao manter-se no cargo após a revolução de Abril.

posto emissor de Mocolocolo. Segundo as palavras do próprio Chefe de Estado reproduzidas no *Diário* publicado pela Agência Geral do Ultramar.

A minha viagem a Angola teve, também, a maior projecção interna, e, apesar do silêncio internacionalmente feito sobre ela, (...) o que se passou foi um autêntico e clamoroso plebiscito. Foram vinte e dois dias inesquecíveis, que consolaram a alma do português que sou. (AGÊNCIA GERAL DO ULTRAMAR, 1964, p. 9)

Esta viagem foi a primeira viagem do Chefe de Estado sob a ameaça de uma guerra colonial e daí ter sido considerada uma viagem de exceção.

No ano seguinte, em 1964 foi a vez do Presidente Américo Thomaz embarcar no paquete *Príncipe Perfeito*. De passagem pelo Funchal, inaugurou o aeroporto de Santa Catarina e daí voou rumo a Moçambique, numa jornada efetuada sob um clima tenso, devido aos conflitos armados que já ocorriam naquele território africano. Segundo o *Diário* publicado também pela Agência Geral do Ultramar,

Durante quarenta e cinco dias o País viveu, a par e passo, a nova jornada de soberania empreendida em hora particularmente grave para a nação (...) o mundo que nos retracta e nos cobiça, menosprezando a nossa resistência moral, esse, decerto terá saído mais desiludido e menos convicto das suas possibilidades de êxito. (AGÊNCIA GERAL DO ULTRAMAR, 1965, p. 7)

Da cobertura dada pela imprensa nacional, ressaltou a crónica do *Diário de Notícias* na sua edição de 18 de Agosto e onde se lia: “A Imprensa, a Rádio e a Televisão permitiram acompanhar a viagem de perto, e assim, todo o país pôde participar na maravilhosa demonstração de unidade política”. Na edição do dia seguinte acrescentava-se:

Mercê de condições de uma orientação política internacional para que não contribuíssemos, Portugal atravessa desde

1961, uma crise que se inscreve entre as mais graves da sua história. É a Nação no seu prestígio, na essência da sua unidade espiritual e no seu território que se procura atingir, em nome de princípios sem validade e de generalizações que resultam da falta de ponderação ou do desconhecimento das realidades.

Ecoss da viagem presidencial fizeram-se ouvir na imprensa estrangeira: o *La Nation*, de Buenos Aires, escrevia na sua publicação de 21 de Agosto: “O objetivo principal da viagem do Presidente – segundo fontes oficiais – era mostrar ao Mundo que em Moçambique existe progresso e harmonia racial”; o *Financial Times*, de Londres de 18 de Setembro mencionava que “a viagem presidencial demonstrou que a província (Moçambique) está em paz e os seus habitantes continuam a fazer parte de Portugal”; o *Il Tempo*, de Roma na sua edição de 22 de Setembro referia:

Os portugueses encontram-se agora isolados perante o Mundo, nas suas concepções relativas à África. Mas, há séculos já, aquando dos Descobrimentos, também se encontravam isolados perante o Mundo que não se atrevia a ir ao Mar Tenebroso. Nessa altura a razão foi dos portugueses. Quem nos diz que não voltam a ter razão?

Depois desta viagem singular, e numa altura em que a comunidade internacional se mostrava bastante atenta, houve um interregno de três anos e meio nas deslocações presidenciais às colónias.

Em 1968, o navio *Funchal* parte de Lisboa com destino à Guiné e a Cabo Verde, levando de novo a bordo a comitiva presidencial portuguesa. Da viagem ressalva a condecoração em terras guineenses dos militares que mais se tinham distinguido na luta contra o movimento nacionalista guineense, o PAIGC, numa atmosfera plenamente descrita na *Crónica da Viagem*, editada pela Agência Geral do Ultramar nesse ano, e da qual ressalva o clima de “emoção e de exaltação. Emoção que põe lágrimas em muitos olhos. Intensa exaltação patriótica” (AGÊNCIA GERAL DO ULTRAMAR, 1968, p. 125).

Quando o *Funchal* fundeu na estação marítima de Alcântara, o Presidente partiu para o palácio de

Belém, onde se dirigiu à nação, conforme relata igualmente a *Crónica da Viagem*:

Chego a Lisboa após uma magnífica e empolgante romagem por terras do ultramar Português. Desde a minha última viagem há três anos e meio (...) tudo se manteve sem qualquer mudança, pois encontrei o mesmo entranhado portuguesismo, que torna inoperantes os esforços intensamente desenvolvidos por aqueles que desejariam que assim não fosse (...) esta minha terceira romagem representou, tal como as duas anteriores, um autêntico e concludente plebiscito, que, além de tudo o mais, teve a grande virtude de não ofender a consciência nem os sentimentos dos portugueses que amam verdadeiramente a sua Pátria. (AGÊNCIA GERAL DO ULTRAMAR, 1968, pp. 331-332)

Intercalando as viagens de Américo Thomaz, em 1969 Marcello Caetano<sup>13</sup> efetuou a primeira viagem de um Presidente do Conselho a terras ultramarinas. Na realidade, e enquanto durou a vigência do Estado Novo, nunca Salazar saiu do país para visitar as colónias portuguesas; se houve viagens, estas foram levadas a cabo, como se viu anteriormente, pelos Chefes de Estado da República e nunca pelo Presidente do Conselho. Marcello Caetano descolou-se do aeroporto da Portela no avião *Ilha da Madeira*, juntamente com uma comitiva numerosa de jornalistas que fariam a cobertura exaustiva da jornada. O destino passaria pela Guiné, Angola e Moçambique. Em Bissau, na Guiné, o Presidente permaneceu menos de vinte e quatro horas, aproveitando para visitar o Cemitério Municipal onde prestou homenagem aos soldados metropolitanos mortos pela guerrilha. Em Luanda, o destino foi, de novo, o Cemitério Novo, igualmente para prestar a sua homenagem aos mortos em combate. A publicação *A visita do Presidente do Conselho ao ultramar visto por jornalistas portugueses*, editada pelo Secretariado Nacional de Informação comunica que trezentos mil portugueses receberam o

13 Marcello Caetano (1906-1980) foi Ministro das Colónias e é nessa condição que visita a primeira vez o ultramar português. Especialista em Direito, foi professor, jornalista e político, tendo sido Primeiro-Ministro durante o período de 1968 a 1974. Procurou construir uma política de “evolução na continuidade” da política de Salazar, tendo exilado para o Brasil a quando do 25 de Abril de 1974.

Presidente. Em Nova Lisboa, a última etapa, Caetano depôs um ramo de flores no Monumento a Norton de Matos (1867-1955), findando o dia com uma missa dominical e um jantar no Palácio do Governo ao qual se seguiu uma recepção final onde um cortejo de milhares de archotes empunhados pelos indígenas brindou o Presidente na despedida. No regresso, a comitiva fez ainda escala em Luanda, onde “uma multidão invadiu as pistas. Foi a última imagem de apoteose da África portuguesa” (SEIT, 1969, s.p.).

Ao regressar a Lisboa, o Presidente do Conselho declarou ao *Diário de Notícias* de 22 de Abril: “Venho mais português do que parti! Os portugueses de além-mar querem continuar a ser portugueses e não vacilaremos na decisão: sigamos intrepidamente para a frente!”

A primeira e, simultaneamente, a última, visita do Chefe do Governo a províncias ultramarinas durante o Estado Novo fechava-se assim sob os auspícios de uma guerra que se adivinhava longa e difícil para o governo da metrópole.

Em 1970, Américo Thomaz retoma o seu périplo colonial, desta vez a bordo do *Príncipe Perfeito*, com destino à província de S. Tomé. Do programa fizeram parte as efemérides protocolares habituais: *Te Deum*, descerro de placas comemorativas, cortejos, recepções, homenagens e visitas a instituições oficiais. Contudo, a preocupação com a saúde do antigo Chefe do Governo fez com que a jornada fosse abreviada, uma vez que, a 27 de Julho, quando Thomaz se encontrava na ilha do Príncipe, presidiu a uma sessão solene onde anunciou a morte do antigo ditador, Salazar. O regresso à metrópole deu-se a bordo do *Santa Maria*, encerrando-se o périplo viático presidencial do Estado Novo.

Interessa referir que, dentro do âmbito viático das deslocações presidenciais, não foram só os presidentes que foram convocados a percorrer o ultramar português mas que estas ações de propaganda contemplaram igualmente os ministros das colónias: Bacelar Bebiano (1894-1967), Armino Monteiro (1896-1955), Vieira Machado, Marcello Caetano (1906-1980), Sarmiento Rodrigues (1899-1979), Raul Ventura (1919-1999) e Adriano Moreira (1922) intercalaram as suas deslocações às colónias ultramarinas com as viagens presidenciais, coadjuvando a política de propaganda colonial e contribuindo para auscultar as premências das populações. Esta dinâmica ministerial foi sublinhada pelo próprio Marcello Caetano nos seus *Discursos* editados pela Agência Geral das Colónias em 1946, nos quais sublinhou que a deslocação do ministro das colónias ao ultramar deixaria de ser um acontecimento esporádico e extraordinário para

constituir um ato corrente da administração.

Com a Revolução do 25 de Abril, as colónias tornar-se-iam independentes e as futuras viagens dos Chefes de Estado portugueses seriam já feitas num contexto de igualdade de estados soberanos.

## Brasil

Ainda que possa parecer lateral à temática inicialmente proposta deste artigo, as viagens presidenciais do Estado Novo à ex-colónia do Brasil inseriram-se num domínio da representação do poder e da propaganda, reiterando a imagem de antiga potência colonial que visitava a nação independente e soberana, mas que não esquecia o seu passado de colonizado. Por outro lado, seria precisamente com o Brasil que o último Presidente da República português do Estado Novo encerraria o seu périplo viático, facto que talvez encerre algumas considerações de relevância para o enquadramento da política de propaganda da ditadura nacional.

Certamente que não se pode deixar de constatar que a viagem presidencial ultramarina portuguesa se conclui com o mesmo destino com que se iniciou, logo no segundo decénio de Novecentos: o Brasil. Em 1922 o Presidente República António José de Almeida<sup>14</sup> havia-se deslocado ao Brasil, por ocasião da comemoração do I Centenário da Independência do Brasil e da travessia aérea do Atlântico Sul levada a cabo por Gago Coutinho (1869-1959) e Sacadura Cabral (1881-1924). Esta primeira viagem presidencial, a bordo do *Porto*, trouxe diversos dissabores para a comitiva portuguesa: devido a avarias nos motores do navio a comitiva foi obrigada a fazer escala em Las Palmas, fazendo com que o Presidente chegasse ao Rio de Janeiro já depois da comemoração do I Centenário da Independência do Brasil, o que, apesar dos esforços da diplomacia portuguesa, causou uma certa má impressão. Inaugurou-se no mesmo dia a Exposição Internacional do Rio de Janeiro, com uma série de cerimónias oficiais onde o Presidente português era suposto intervir, mas que devido aos atrasos da travessia marítima lhe foi impossível cumprir. A participação de Portugal na Exposição também não foi isenta de infortúnios, pois os dois pavilhões que compunham a representação portuguesa abriram meses depois do início da mostra, devido à má administração do comissariado, multiplicando as dívidas e ultrapassando a verba inicialmente votada. Ainda assim, o comissário, Lisboa

14 António José de Almeida (1866-1929) foi médico, político, escritor, jornalista, exerceu clínica em S. Tomé e Lisboa. Presidente da República entre 1919 e 1923, foi o único Chefe de Estado a cumprir integralmente e sem interrupções o seu mandato de quatro anos.

de Lima (1867-1935), viu a representação nacional ser condecorada “com dezenas de prêmios que os expositores e artistas portugueses receberam” (MARQUES, 1998, p. 179).

À parte da Exposição, a visita presidencial simbolizava o reconhecimento de Portugal como nação progenitora de uma grande nação – o Brasil. Era pelo menos essa a pretensão do Chefe de Estado, conforme declarou:

Se o Brasil é hoje uma grande Pátria (...) Portugal tem a honra suprema de o ter procriado. O leitor compreenderá a vivacidade e a efusão das minhas palavras, se eu lhe disser que vivi, no Brasil, dez dos mais fortes e mais belos dias da minha vida”. (MARQUES, 1998, p. 22)

O Presidente brasileiro, Epietácio Pessoa (1865-1942), acompanhou quase sempre o seu homólogo português, tendo esta visita ainda objetivos distintos: a recuperação do mercado perdido e o equilíbrio da balança comercial (com assinatura de um Tratado do Comércio que incluía uma convenção aduaneira e a criação de uma zona franca nos dois países) e a proteção da emigração existente (com um acordo sobre a emigração e convenção literária). O regresso ao Velho Continente deu-se a bordo do *Arlanza*, deixando ecos na imprensa brasileira e portuguesa que repercutiam a ideia de uma certa apoteose nacional:

O povo do Rio de Janeiro concentrou-se (...) para fazer a manifestação de despedida ao eminente Presidente de Portugal. A cidade encheu-se. O Sr. Dr. António José de Almeida fez um trajeto triunfal, entre vivas, aclamações entusiásticas. (DEROUET, 1923, p. 155)

Apesar desta viagem presidencial ter constituído um momento de aproximação efetiva, o mundo saído da I Guerra Mundial, fizera com que a situação nos dois países se apresentasse bem distinta, provocando o aparecimento de diferentes interesses e objetivos que dificilmente convergiam num plano comum de intenções.

Trinta anos depois, em 1957 é a vez do então Presidente da República, Craveiro Lopes, se deslocar a bordo do Super Constellation da TAP, de novo a ter-

ras de Vera Cruz, desta vez tendo como objetivo, e segundo o Diário de Notícias de 3 de Junho, “por em plena execução, em Portugal e no Brasil, o Tratado de Amizade e Consulta, que consubstanciava as relações luso-brasileiras de acordo com os sentimentos fraternos que sempre uniram os dois povos”, nas palavras de António da Câmara Camacho, Ministro dos Negócios do Brasil. Na notícia publicada no Diário de Notícias de 8 de Junho, Na chegada ao Rio de Janeiro a comitiva foi recebida por milhão e meio de brasileiros e portugueses que a “aclamam em delírio”. Seguiram-se cortejos, condecorações, *Te Deum*, discursos, homenagens, inaugurações, visitas sociais, descerro de placas comemorativas, banquetes e paradas militares. À chegada a Lisboa, e segundo o mesmo jornal aguardava-o “uma multidão apinhada no exterior do aeroporto” e no Terreiro do Paço oito mil homens das forças amadas e a população delirante (...) agitava bandeiras”. Concluía-se mais uma viagem triunfal da propaganda nacional.

Em 1969, o Presidente do Conselho, Marcello Caetano visitaria o Brasil, naquela que foi a sua primeira viagem oficial ao continente americano. A bordo da aeronave *Santa Maria*, Marcello Caetano e a sua comitiva chegaram a Brasília onde foram recebidos pelo Presidente da República brasileira, Arthur Costa e Silva, iniciando uma intensa jornada protocolar. No suplemento do *Diário de Notícias* do dia 9 de Julho, o Presidente esclarece sobre o objetivo desta deslocação: “O meu governo tudo fará para consolidar quanto vincula dois povos, para eliminar o que porventura possa não os unir, para aprofundar e ampliar o que ainda seja insipiente, para construir em comum o que for útil às duas nações”. Houve ainda tempo na sua incursão brasileira para uma homenagem a Pedro Álvares Cabral, tendo ainda sido agraciado com o título de professor *Honoris Causa* pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Em 1972, e como já enunciado atrás, Américo Thomaz embarcou no paquete *Funchal* com destino ao Brasil. Três datas históricas tornaram relevante o ano de 1972 e a viagem: o aniversário dos 150 anos da proclamação da independência do Brasil, os 400 anos sobre a publicação da primeira edição de *Os Lusíadas* e os 50 anos sobre a primeira travessia aérea do Atlântico Sul, de Gago Coutinho e Sacadura Cabral. Todavia, de todas as datas assinaladas, a mais pertinente prendeu-se, sem dúvida, com a comemoração dos 150 anos da independência do Brasil que associava uma ação de forte simbolismo nacional: a entrega dos restos mortais do imperador D. Pedro I (IV de Portugal) que, sob a grande solenidade exigida pelo protocolo, eram finalmente res-



tituídos à nação que declara independente em 1822. Em menos de uma semana, o Presidente Américo Thomaz tomou parte em mais de trinta cerimónias e pronunciou outros tantos discursos. O regresso do *Funchal* a Lisboa fechou assim o ciclo das viagens marítimas pelo mundo lusófono, num tempo em que já pouquíssimos impérios coloniais sobreviviam.

Interessa refletir sobre a coincidência de ter sido o destino Brasil o primeiro e o último a ser percorrido por um Presidente da República português enquanto durou a vigência do Estado Novo. Talvez o dado mais relevante tenha sido a circunstância de que o Brasil, ao se tornar na primeira colónia independente, fosse o lugar ideal, o grande palco onde o regime podia exibir o seu sentimento nacional e o “anacronismo épico do seu povo” (LOURENÇO, 2014, p. 113). Por outras palavras, isso significou que a grandeza do Império se mostrava para além dele, ou seja, o antigo colonizado não só não renegava à essência de herdeiro da “grande alma lusitana”, mas recebia-a numa troca de cortesias mútuas, “mostrando que o nosso colonialismo era de essência positiva e radicalmente diferente dos outros (LOURENÇO, 2014, p. 117).

### Considerações finais

Procurando compreender o modo como a jornada ultramarina se inscreveu no ideário nacional da primeira metade do século XX, verifica-se que Portugal permaneceu, ao longo do Estado Novo, preocupado com a imagem do seu Império colonial. Para tal, fez deslocar regularmente os seus presidentes às possessões do ultramar africano, em viagens de propaganda nacional que legitimavam a sua ascendência colonial.

Apesar de o próprio Presidente do Conselho – Oliveira Salazar – ter rejeitado, ao longo de mais de quatro décadas, deslocar-se às extensões do Império, foi este aparente paradoxo (entre a viagem efetiva preconizada pelos Presidentes da República e a viagem ideológica do Presidente do Conselho que se recusava a sair) que fez surgir toda a especificidade da política colonial nacional, configurada a partir de uma metrópole cristalizada num tempo impermeável às nuvens da mudança.

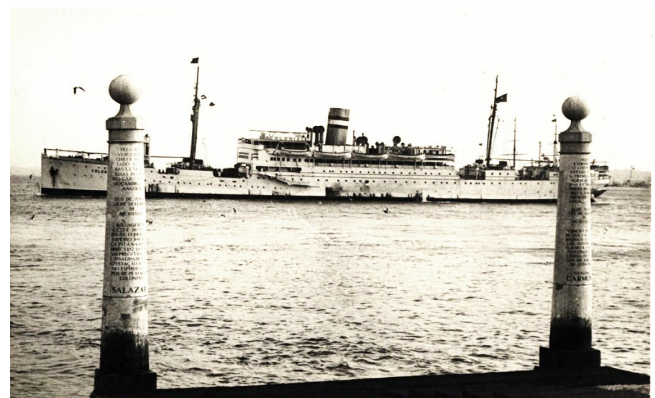
Com precisão, nem sempre estas deslocações corresponderam ao que os jornalistas escreveram nas suas reportagens, uma vez que, a sua concomitância com o regime só lhes permitiu registar o testemunho unísono da voz oficial. Mas se se olhar as entrelinhas, se se cruzar os registos efetuados pelas comitivas nacionais e as notícias que, camufladas, saíram em alguns órgãos locais, poder-se-á desenhar um cenário menos idílico mas

mais autêntico. Só para enunciar um par de exemplos refere-se que, logo na viagem de Carmona em 1938 a Angola, o Presidente deparou-se na Exposição-Feira de Luanda com um ato de afirmação autonomista relativamente ao centrismo de Salazar, ato esse omitido pelos órgãos da comitiva presidencial. Na viagem seguinte, em 1939, na ilha de S. Tomé, Carmona percorre roças, enquanto na deslocação de 1954 de Craveiro Lopes, o presidente é levado a conhecer os grandes lugares públicos da ilha, devido ao “massacre de Batepá”, ocorrido no ano anterior, em 1953<sup>15</sup>.

Exemplos como os dois atrás descritos multiplicaram-se à medida que as populações caminhavam para a guerra colonial na sua tentativa de independência face ao poder central da sede do Império – Lisboa – e, por isso, as viagens presidenciais do Estado Novo constituíram o “Canto do Cisne” hegemónico de uma das últimas metrópoles europeias, face ao mundo saído do pós-guerra e que reconfigurara uma nova ordem política. Do sincronismo entre as diretivas do Presidente do Conselho e a efetivação viática dos Chefes de Estado para legitimação de política colonial portuguesa, sobra a anacrónica inscrição no Cais das Colunas. Erguidos por ocasião da primeira viagem presidencial de Óscar Carmona em 1938, os dois pilares não são mais do que a imagem de um tempo que o vento não levou.

Fragmento da inscrição no pilar direito:

*“Com a certeza de que fala pela minha voz Portugal inteiro, proclamo a unidade indestrutível e eterna de Portugal de Aquém e Além Mar!”*



### Referências

AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS. *Alguns aspectos da viagem presidencial às colónias de S. Tomé e Príncipe*

<sup>15</sup> Repressão ocorrida a 3 de Fevereiro de 1953, sob as ordens de governador Carlos Gorgulho, Machado de Sousa, e que, supostamente, teria por motivo uma conspiração de negros contra brancos.

pe e Angola realizadas nos meses de Julho e Agosto de 1938, Vol. I e Vol II. Lisboa, 1939.

\_\_\_\_\_. *Alguns aspectos da viagem presidencial às colónias de Cabo Verde, S. Tomé, Moçambique e Angola e da visita do chefe do estado à União Sul Africana realizadas em Junho, Julho, Agosto e Setembro de 1939*, Vol. I e Vol II. Lisboa, 1940.

\_\_\_\_\_. *Alguns discursos e relatórios: viagem ministerial a África em 1945*. Lisboa, 1946.

AGÊNCIA GERAL DO ULTRAMAR. *Diário da viagem do Presidente Américo Thomaz às províncias de Angola e S. Tomé e Príncipe*. Lisboa, 1964.

\_\_\_\_\_. *Diário da viagem do Presidente Américo Thomaz a Moçambique e Ilha do Príncipe*. Lisboa, 1965.

\_\_\_\_\_. *Crónica da viagem do Presidente Américo Thomaz à Guiné e Cabo Verde*. Lisboa, 1968.

ALVES, Frederico. *Crónica da Viagem a Moçambique no ano de 1956 de Sua Excelência o Senhor Presidente da República Portuguesa*, General Francisco Higino Craveiro Lopes. Lisboa: S.N., 1956.

DEROUET, Luís. *Duas Patrias : o que foi a visita do Sr. Dr. António José de Almeida ao Brasil*. Lisboa: Sociedade Editora O Mundo, 1923.

GONÇALVES, M. Henrique. *Jornadas de África, impressões da viagem presidencial a Moçambique*. Lisboa: Imagens de Portugal, 1957.

LOURENÇO, Eduardo. *Do Brasil. Fascínio e Miragem*. Lisboa: Gradiva, 2014.

MARQUES, Rosália Augusta da Cunha. *A Viagem do Presidente António José de Almeida no âmbito das Relações com o Brasil no final da I República*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998.

NUNES, Leopoldo. *Clarão do Império, Comentário à viagem presidencial às províncias de S. Tomé e Príncipe e Angola em Julho e Agosto de 1938*. Lisboa:,Sociedade Nacional de Tipografia, 1939.

PAMPLONA, Fernando. *Ao Sol do Império, viagem presidencial a S. Tomé e Angola – Crónicas Africanas*. Lisboa: Companhia Nacional Editora, 1938.

SANTOS, E. *Terras Gloriosas do Império: a viagem do Senhor Presidente da República a Cabo Verde, S. Tomé, Moçambique, União Sul-Africana e Angola*. Lisboa: Agência Geral das Colónias,1940.

S/A. *Album comemorativo da viagem presidencial a Moçambique*. Lisboa,: Sociedade Industrial de Tipografia, 1956.

SECRETARIA DE ESTADO DE INFORMAÇÃO E TURISMO (SEIT). *A visita do Presidente do Conselho ao ultramar visto por jornalistas portugueses*. Lisboa, 1969.

SECRETARIA NACIONAL DE INFORMAÇÃO. *A visita do Presidente do Conselho ao ultramar visto por jornalistas portugueses*. Lisboa, 1969.

Recebido em: 27/08/2015

Aprovado em: 13/10/2015